



MEDIA BRIEFING

O Tratado da Carta da Energia (TCE) é incompatível com a crise climática: é um vestígio da era dos combustíveis fósseis e pertence ao passado.

O controverso Tratado da Carta da Energia (TCE), um grande obstáculo à acção rápida e eficaz em matéria de Clima, está a ser submetido a um processo de modernização liderado pela União Europeia (UE). É amplamente aceite que, na sua forma actual, o tratado está desactualizado e é insustentável, mas após a 11.ª ronda de negociações concluída em Março deste ano – e havendo apenas mais duas rondas até à conferência *ad hoc* em Junho, em que um acordo político sobre a reforma é desejado – persistem grandes divergências entre as partes contratantes. Neste contexto, **é muito pouco provável que a UE consiga atingir os seus objectivos de modernização que visam uma protecção dos investimentos actualizada e compatível com o clima.**

A digressão TCE-Rex decorre ao longo dos meses de Abril e Maio e passará pelas principais cidades europeias, alertando para que o TCE é uma ameaça para as políticas climáticas da UE e dos seus Estados-Membros. Organizada por uma coligação europeia de ONGs na área do ambiente e clima, a digressão visitará cidades em Portugal, Espanha, Áustria, Alemanha, República Checa, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos.

O TCE-Rex é feito de artefactos da era dos combustíveis fósseis e representa o perigoso Tratado da Carta da Energia – um tratado que, tal como os fósseis, pertence ao passado. É esta a mensagem que os activistas procuram dirigir directamente aos governos dos Estados-Membros com a chegada a cada país do TCE-Rex, um dinossauro insuflável com quase 10 metros de altura. A mensagem é simples: **os governos dos Estados-membros têm de acordar e perceber que, tal como o TCE-Rex, o Tratado Carta da Energia pertence ao passado.** Os governos têm de deixar de atrasar o inevitável, apelando a uma saída coordenada deste tratado o mais rapidamente possível.

4 PERGUNTAS SOBRE O TRATADO DA CARTA DA ENERGIA

#1. O que é o Tratado da Carta da Energia?

- O [Tratado da Carta da Energia](#) (TCE) é um acordo de investimento plurilateral, ratificado por [53 países](#) e pela UE. Foi estabelecido em 1994 e protege **investimentos estrangeiros no sector da energia**.
- Ao abrigo do regime do TCE, os investidores estrangeiros **podem processar os estados** por quase todas as decisões que tenham impacto nos lucros esperados do investidor – inclusive por decisões relacionadas com a protecção do clima.
- Estas reclamações são processadas através de um sistema de arbitragem conhecido como **Resolução de Litígios Investidor-Estado (ISDS, em inglês)**. O ISDS constitui um sistema de justiça paralelo de tribunais de arbitragem privados que é composto por três advogados, nomeados pelas partes, contornando os tribunais nacionais.
- O TCE já gerou, pelo menos, **135 queixas de arbitragem investidor-estado, tornando-o o acordo de protecção de investimentos mais litigioso do mundo.**

#2. Porque é que este tema é importante?

- Tal como o [último relatório do IPCC \(Intergovernmental Panel on Climate Change - Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas\)](#) refere claramente, o tempo está a acabar no que concerne a medidas de mitigação das alterações climáticas. Porém, as partes contratantes do TCE, incluindo a UE, estão a perder tempo com as **negociações para "modernizar" o TCE – embora haja sinais muito claros de que estes esforços estão a falhar e que o tratado não pode ser modernizado de forma compatível com a transição para um futuro 100% renovável.**
- O TCE já foi utilizado várias vezes contra estados que tentam limitar a produção ou utilização de combustíveis fósseis (ver síntese abaixo). [Prevê-se que muito mais casos](#) surjam no futuro à medida que os estados tomem medidas mais ambiciosas para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis.
- Estima-se que as infra-estruturas de combustíveis fósseis protegidas pelo TCE tenham [um valor total de 345 mil milhões de euros](#).
- [Um total de 61 centrais eléctricas alimentadas a carvão](#) estão actualmente protegidas pelo TCE.
- O TCE torna as políticas climáticas mais caras e juridicamente arriscadas. O [Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável \(IISD\) advertiu](#) que se corre o risco de este tratado prejudicar os compromissos feitos na COP 26.

#3. O que está a ser dito a este respeito?

Ministros franceses expressaram a sua frustração perante a falta de progresso do processo de modernização: Numa [carta dirigida à Comissão Europeia em Dezembro de 2020](#), os ministros previram que a modernização "*provavelmente não estará concluída ainda durante vários anos*". Além disso, afirmam que os objectivos da UE estão "*longe de ser alcançados*". A França, portanto, demonstrou o desejo de "*discutir publicamente*" uma "*retirada coordenada*" do Tratado da Carta da Energia.

Barbara Pompili, Ministra francesa da Transição Ecológica, declarou à [Assembleia Nacional a 22 de Junho de 2021](#): o tratado é "*obsoleto - protege, entre outras coisas, os investimentos em combustíveis fósseis e já não está, portanto, de todo adaptado aos desafios energéticos e climáticos do nosso tempo, na sequência do Acordo de Paris*". Pompili relatou que as negociações de modernização "*não estão claramente a produzir resultados*" e "*não produzirão progressos reais por muitos anos, na melhor das hipóteses*".

O governo espanhol também [fez uma ameaça semelhante](#) numa carta ao executivo europeu, afirmando que se não fosse possível alinhar o Tratado da Carta da Energia com os objectivos climáticos europeus, a retirada seria a "*única solução eficaz a longo prazo*".

Claude Turmes, Ministro luxemburguês da Energia, [expressou a sua decepção](#) pela falta de progressos durante a 4ª ronda de modernização.



Pascal Canfin, eurodeputado do Renew Europe e presidente do Comité do Ambiente do Parlamento Europeu, e Anna Cavazzini, eurodeputada dos Verdes e presidente do Comité do Mercado Interno do Parlamento Europeu, [afirmaram](#): *"Apelamos aos negociadores da UE que apresentem diferentes opções para a saída deste tratado. A tentativa de modernização poderá apenas servir para atrasar o inevitável: que a UE como um todo saia, para ser coerente com os seus objectivos climáticos".*

Bernd Lange, eurodeputado do S&D e presidente da Comité de Comércio Internacional, [afirmou](#) durante um debate no Parlamento Europeu: *"Do meu ponto de vista pessoal, a consequência só pode ser que deixemos o Tratado da Carta da Energia e digamos que queremos moldar o aprovisionamento energético de forma sustentável e não sob a espada de Damocles de uma decisão unânime das partes contratantes do Tratado da Carta da Energia. [...] Creio que, nos dias de hoje, já não precisamos de ter uma grilheta nas nossas pernas para a nossa política energética".*

Marie-Pierre Vedrenne, eurodeputada do Renew Europe e Vice-Presidente do Comité de Comércio Internacional, durante um debate no Parlamento Europeu, [afirmou](#): *"Temos de tirar as conclusões do facto de as negociações terem falhado e temos de nos retirar do Tratado".*

Em Portugal, o Governo mantém uma posição pouco assertiva em prol do Clima, insistindo que a melhor opção é manter-se no processo de negociação da modernização do TCE até à sua conclusão. Em Fevereiro de 2021, a Assembleia da República recomendou ao governo a realização de um amplo debate sobre o TCE, que ainda não aconteceu. Recomendou ainda que o Governo *"Pugne, no quadro do processo das negociações para a reformulação e modernização do Tratado da Carta da Energia, pelo cumprimento dos compromissos ambientais e do desenvolvimento sustentável, e pela defesa dos direitos dos cidadãos e exclusão das cláusulas de arbitragem entre investidores-estados."*

Empresas que utilizam o TCE

O TCE é o tratado que desencadeou o maior número de litígios por investidores estrangeiros contra os estados signatários. Os casos mais recentes incluem:

- **Nord Stream 2 vs. Alemanha** (possibilidade)
 - É possível que a Gazprom processe a Alemanha pela interrupção do procedimento de certificação e licenciamento do gasoduto Nord Stream 2. O Nord Stream 2 está registado na Suíça, pelo que está abrangido pelo TCE, tendo os seus investidores [já processado a UE ao abrigo deste tratado](#) devido às alterações feitas à Directiva do Gás natural. Também é sabido que a Ministra do Ambiente Alemã Svenja Schulze já havia feito o alerta em Fevereiro *"Corremos o risco de acabar em tribunais arbitrais internacionais por reivindicações de indemnização se pararmos este projecto."*
- **RWE vs. Países Baixos**
 - Há dez anos, a [RWE, uma empresa alemã de energia](#), decidiu ignorar a ciência climática e construir uma nova central eléctrica a carvão na Holanda. No ano passado, o governo holandês aprovou uma lei para, de forma gradual, eliminar a utilização de carvão até 2030. Ao abrigo do

TCE, a RWE está a exigir 1,4 mil milhões de euros em compensação pelos lucros perdidos.

- **Uniper vs. Países Baixos**
 - [A Uniper exigiu mil milhões de euros](#) de indemnização devido a esta mesma decisão do governo holandês relativa à eliminação gradual do uso de carvão até 2030.
- **Ascent Resources vs. Eslovénia**
 - [A Ascent Resources exige 120 milhões de euros](#) após o governo esloveno ter solicitado uma avaliação de impacto ambiental antes de aprovar um projecto de fraturamento hidráulico (em Inglês, fracking).
- **Vermilion vs. França**
 - Em 2017, a companhia canadiana de petróleo e gás Vermilion ameaçou processar a França ao abrigo do TCE devido a uma proposta de lei para acabar com a extracção de combustíveis fósseis em território francês (incluindo as suas dependências no estrangeiro) até 2040. A ameaça de um processo judicial contribuiu supostamente para enfraquecer a lei, cuja versão final permite que as licenças de exploração sejam renovadas após esse prazo.
- **Rockhopper vs. Itália**
 - Desde 2017, a empresa britânica Rockhopper tem vindo a processar a Itália por uma proibição de novas operações de petróleo e gás perto da costa do país, exigindo [uma indemnização de 275 milhões de dólares](#).

#4. Porque é que o processo de modernização é um fracasso?

- Tem sido argumentado que o processo de modernização do TCE [estava condenado ao fracasso desde o início](#).
- A agenda das negociações de modernização não cumpre **a promessa de tornar o TCE amigo do clima - há várias questões que não estão sequer incluídas nas negociações**. Em particular, a reforma não fará alterações ao controverso mecanismo ISDS, à cláusula de caducidade (que permite aos investidores apresentarem queixas de arbitragem durante 20 anos após a saída de um Estado do tratado), ou à forma como as elevadas indemnizações são calculadas.
- Os 53 membros do TCE incluem países com ambições climáticas substancialmente diferentes e quaisquer alterações ao TCE requerem **unanimidade**. Estados como o Japão (o principal contribuinte do TCE) já indicaram que não apoiam quaisquer mudanças importantes em relação a todo o conjunto de questões de modernização.
- **O nível de ambição é demasiado baixo**. Mesmo as mudanças propostas pela Comissão Europeia continuariam a proteger os investimentos fósseis existentes até 2030 e, para alguns investimentos de gás, até 2040. O risco de processos judiciais contra a acção climática que podem ser levantados ao abrigo do TCE continuaria a ser elevado.

- **Acordos muito permissivos enfraquecem ainda mais a perspectiva de compatibilidade climática.** Para alcançar a unanimidade necessária para a aprovação de propostas, foi sugerido um pacote de compromisso sobre questões controversas. A chamada opção de "flexibilidade" permitiria aos Estados decidirem unilateralmente que investimentos serão protegidos pelo TCE. Embora a UE possa procurar acabar com a protecção dos combustíveis fósseis, esta opção viabiliza a hipótese de qualquer outro país poder manter a protecção dos combustíveis fósseis indefinidamente.
- **Poucos progressos** foram feitos até agora e a UE estabeleceu um prazo até Junho de 2022, altura em que deverá ser alcançado um acordo sobre um pacote de reformas que satisfaçam o seu mandato de modernização. Se tal não acontecer, a UE deixou o aviso de que pretende retirar-se do tratado. Restam apenas duas rondas de negociações e ainda não há acordo sobre questões-chave, tais como sobre quais os investimentos que podem ser protegidos pelo TCE.
- Uma [análise do progresso](#) feita por uma coligação de ONG pelo clima, jurídicas e comerciais constatou que a UE não está a cumprir o seu mandato para as reformas.
- As **disposições de protecção do investimento do TCE** não são actualizadas desde os anos 90 e estão agora, segundo a Comissão Europeia, "desactualizadas" em comparação com as novas normas da [abordagem revista da UE em matéria de política de investimento](#).
- **Já em 2009, as partes contratantes do TCE concordaram em modernizar o tratado.** Em 2018, foi adoptada uma lista de [25 tópicos de negociação](#), bem como uma decisão de [iniciar as negociações](#) em Dezembro de 2019. A UE adoptou um [mandato de negociação para a reforma do TCE em Julho de 2019](#).
- **Com um atraso de sete meses, a primeira ronda de negociações acabou por ter lugar em Julho de 2020.** Estão previstas apenas mais duas rondas antes da conferência *ad hoc* em Junho, com o objectivo de alcançar um acordo político sobre a modernização.

Mobilização europeia aumenta a sensibilização para os perigos do TCE

- **Abril de 2022:** O [relatório do IPCC sobre a mitigação das Alterações Climáticas](#) indica que o TCE e o mecanismo ISDS constituem barreiras à mitigação dos efeitos sobre o clima.
- **Março de 2022:** [Os eurodeputados do Parlamento Europeu demonstraram um amplo apoio à retirada do Tratado da Carta da Energia](#) no debate sobre o TCE que teve lugar durante a sessão plenária do Parlamento Europeu.
- **Setembro de 202:** [Manifestação em Bruxelas](#) chamando à atenção para o facto de a modernização ser uma pista de obstáculos cheia de perigo, sendo a saída um caminho muito mais simples.
- **Julho de 2021:** Mais de 400 organizações da sociedade civil juntaram-se ao movimento e publicaram uma [declaração](#) para advertir os líderes da UE a retirarem-se do TCE até ao final de 2021, durante a COP26.
- **Junho de 2021:** 71 Eurodeputados disseram "o tempo acabou" num [op-ed publicado na Euractiv](#). Em Fevereiro de 2021, uma [petição online](#) pedindo à UE para se retirar do TCE recolheu mais de 1 milhão de assinaturas.
- **Novembro de 2020:** [260 Eurodeputados/deputados](#) de 20 Estados-membros da UE apelaram aos países da UE que se retirassem do TCE se a protecção do investimento estrangeiro em combustíveis fósseis não fosse retirada do Tratado.



- **Dezembro de 2019:** uma [carta aberta](#) de 278 grupos da **sociedade civil e sindicatos** dos Estados-membros da Conferência da Carta da Energia.
- Mais de 400 líderes climáticos assinaram uma [carta aberta](#) apelando aos governos da UE que se retirem do TCE.
- [Os jovens](#), a Federação Europeia de Energias Renováveis, e (alguns) [investidores](#) também juntaram a sua voz à luta contra o TCE.

Recursos úteis:

- [8 razões pelas quais o processo de reforma do Tratado da Carta da Energia está condenado ao fracasso](#)
- [Reforma do Tratado da Carta da Energia: Porque não se conseguiu cumprir os objectivos da própria UE - Briefing](#)
- [Como o Tratado da Carta da Energia pode prejudicar os resultados da COP 26](#)
- [Disputas entre Investidores e Estados na Indústria de Combustíveis Fósseis](#)
- [ECT's dirty secrets](#)
- [Desmascarando os mitos em torno do Tratado da Carta da Energia](#)

Para mais informações, contactar:

- **Ana Moreno** - Tel.: +351 917 150 917 | e-mail: anamoreno@posteo.de
- **Rita Raleira** - Tel.: +31 6 151 638 86 ou +351 962 420 597 | e-mail: ana.rita.raleira@gmail.com
- **Pedro Nunes** - Tel.: +351933016977 | e-mail: pedro.nunes@zero.org